

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.700 - SP (2019/0356960-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**SUSCITANTE** : AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A  
**SUSCITANTE** : RESERVA 3 INCORPORADORA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**SUSCITANTE** : PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES  
**ADVOGADOS** : FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608  
NATALIA MARIA FERNANDES PIRES - SP115286  
NATALIA CIRELLO PAN CHACON - SP314862  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 3A VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CAUSAS COMUNS DE IMBUÍ - SALVADOR- BA  
**INTERES.** : CONDOMINIO RESIDENCIAL FLEX PIATA  
**ADVOGADOS** : MURILO ELIAS CARDOSO - BA025915  
LUCAS GOMES LIMA CARDOSO - BA045241  
RIVALINO WAGNER CARDOSO JUNIOR E OUTRO(S) - BA030865

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado por PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES e OUTROS, todas em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DA 3A VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CAUSAS COMUNS DE IMBUÍ - SALVADOR - BA, no qual tramita a demanda n.º 0020727-98.2019.8.05.0001 movida por CONDOMINIO RESIDENCIAL FLEX PIATA.

As suscitantes postulam, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o seu patrimônio, a suspensão da demanda em trâmite na Justiça Cível Baiana, bem assim a declaração da competência do Juízo recuperacional.

É o breve relatório. Passo a decidir o pedido liminar.

Em análise perfunctória, própria deste momento processual, não vislumbro

a presença dos pressupostos indispensáveis ao deferimento da medida liminar pleiteada.

Isso porque não houve a demonstração da iminência ou da efetiva prática de atos de constrição patrimonial dirigidos às suscitantes.

Consta dos autos apenas decisão julgando parcialmente procedente a exceção de pré-executividade apresentada pelas suscitantes (e-STJ, fls. 418/425).

De qualquer forma, entendo ser prudente, para o deslinde da controvérsia, a ciência exata das circunstâncias fáticas atuais das ações que tramitam perante os juízos suscitados, o que será possível mediante o envio das informações ora requisitadas.

**Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.**

Requisitem-se informações aos Juízos suscitados, no prazo de 10 dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se a Administradora Judicial, PRICEWATERHOUSECOOPERS Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ 10.466.603/0001-37, representada pelo Dr. José Mauro Braga, com endereço na Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, CEP: 05001-903, São Paulo/SP, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre a execução de créditos promovida por CONDOMINIO RESIDENCIAL FLEX PIATA reconhecidos na demanda n.º 0020727-98.2019.8.05.0001 em trâmite perante o Juízo de Direito da 3A VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CAUSAS COMUNS DE IMBUÍ - SALVADOR - BA.

Comunique-se, com urgência.

Após, dê-se vista ao MPF (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198). Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator